

# **Processo Administrativo Fiscal Irapuã Beltrão**



# IMPUGNAÇÃO

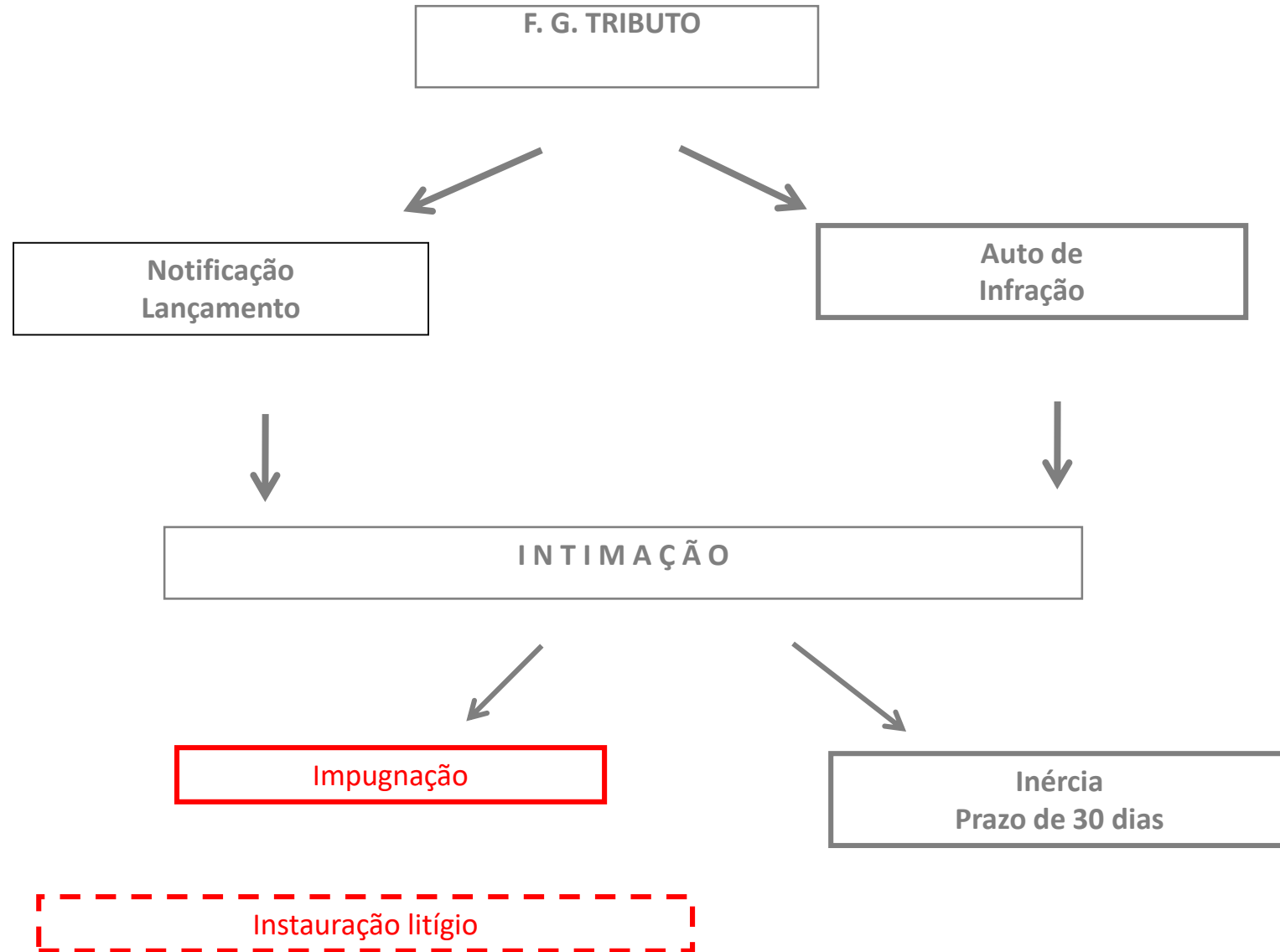
- 1.NÃO CONTENCIOSA (apuração do crédito unilateralmente pela fazenda);
- 2.CONTENCIOSA (litígio instaurado pela impugnação do sujeito passivo objeto do lançamento)



# Impugnação

## Impugnação ou Reclamação

- Garantia constitucional baseada no inc. XXXIV do art. 5º - direito de petição;
- Suspende a Exigibilidade do Crédito Tributário (art. 151, III, do CTN)
- Marca o início do proc. adm. Fiscal;
- Prazo: em regra 30 dias





# Impugnação

## Impugnação ou Reclamação

- Instaura a fase litigiosa do procedimento;
- Suspende a exigibilidade do crédito tributário;
- Impede o início da fluência do prazo prescricional para propositura, pela Fazenda Pública, da ação de execução fiscal.



# Impugnação

## Impugnação ou Reclamação

- Deve ser apresentada por escrito;
- Pode ser encaminhada pelo correio, com aviso de recebimento;
- Durante o prazo de impugnação, o sujeito passivo tem direito de vista dos autos na repartição.



# Impugnação

Decreto nº 70.235/72

Art. 14. A impugnação da exigência instaura a fase litigiosa do procedimento.

Súmula CARF nº 71: Todos os arrolados como responsáveis tributários na autuação são parte legítima para impugnar e recorrer acerca da exigência do crédito tributário e do respectivo vínculo de responsabilidade.

Prazo para apresentação:

Art. 15. A impugnação, formalizada por escrito e instruída com os documentos em que se fundamentar, será apresentada ao órgão preparador no prazo de trinta dias, contados da data em que for feita a intimação da exigência.



# Impugnação

## PEREMPÇÃO DA IMPUGNAÇÃO

→ Apresentada a impugnação, o titular do órgão lançador a examinará quanto ao cumprimento dos prazos.

Sendo intempestiva a impugnação, a autoridade lançadora declarará a perempção.

E se a autoridade lançadora verificar, em caráter excepcional, na ocorrência das seguintes situações?

I - caso fortuito ou força maior;

II - alegação de pagamento anterior ao lançamento, acompanhada do respectivo comprovante;

III - erro de fato no lançamento.





# Impugnação

Decreto nº 70.235/72

Requisitos da Impugnação:

Decreto nº 70.235/72 - Art. 16. A impugnação mentionará:

I - a autoridade julgadora a quem é dirigida;

II - a qualificação do impugnante;

III - os motivos de fato e de direito em que se fundamenta, os pontos de discordância e as razões e provas que possuir;

## IMPORTANTE

Art. 17. Considerar-se-á não impugnada a matéria que não tenha sido expressamente contestada pelo impugnante.



# Impugnação

## PARTE NÃO IMPUGNADA

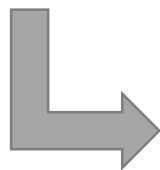
- A impugnação que versar sobre a parte da imposição tributária implicará pagamento da parte não impugnada.
- Não sendo efetuado o pagamento ou solicitado o parcelamento, no prazo estabelecido pela legislação, da parte não impugnada, serão adotadas providências para a inscrição do correspondente crédito em dívida ativa, devendo, quando for o caso, ser formado outro processo com elementos indispensáveis à instrução desta.



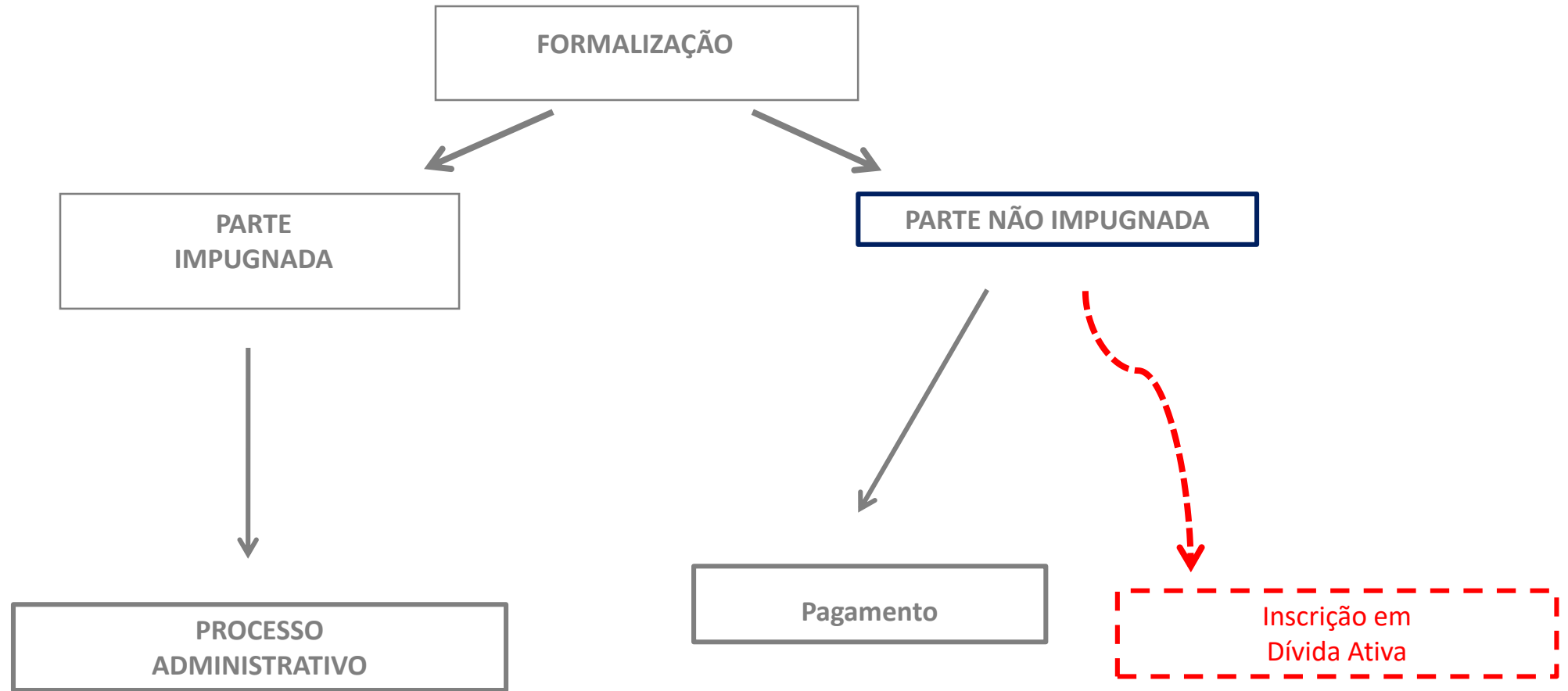
# Impugnação

## CARACTERÍSTICAS DA FASE INICIAL

- Incontrovertida a parte não impugnada
- No caso de impugnação parcial, será providenciada a formação de autos apartados para a imediata cobrança da parte não contestada
- Não cumprida a exigência, nem paga → declarada a revelia



- cobrança amigável por x dias
- após, cobrança executiva





# Impugnação

**Decreto nº 70.235/72**

**Requisitos da Impugnação:**

**Decreto nº 70.235/72 - Art. 16. A impugnação mencionará:**

**I - a autoridade julgadora a quem é dirigida;**

**II - a qualificação do impugnante;**

**III - os motivos de fato e de direito em que se fundamenta, os pontos de discordância e as razões e provas que possuir;**

**IV - as diligências, ou perícias que o impugnante pretenda sejam efetuadas, expostos os motivos que as justifiquem, com a formulação dos quesitos referentes aos exames desejados, assim como, no caso de perícia, o nome, o endereço e a qualificação profissional do seu perito.**

OBS: Considerar-se-á não formulado o pedido de diligência ou perícia que deixar de atender aos requisitos previstos nas normas.

**V - se a matéria impugnada foi submetida à apreciação judicial, devendo ser juntada cópia da petição.**

✓ Protocolo da Impugnação

✓ Apresentada na unidade da Secretaria da Receita com jurisdição sobre o domicílio tributário do sujeito passivo; ou

✓ Remetida via postal, dentro do prazo de 30 dias.

 **d /concursos**